

Edição 3

Radar da Saúde

Um balanço das iniciativas do Congresso e do Executivo Federal sobre temas estratégicos para a saúde brasileira



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas (IEPS), que apresenta um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas considerados estratégicos para a saúde no Brasil.

Este material tem como objetivo fornecer à sociedade civil um panorama conciso das pautas, projetos e deliberações que impactam os rumos da saúde pública brasileira, sobretudo para fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas discussões sanitárias.

As informações sistematizadas neste documento incluem destaques do monitoramento político de aproximadamente duzentas palavras-chaves pré-definidas como estratégicas e indispensáveis para a nossa atuação de incidência política em prol do fortalecimento do SUS. O acompanhamento é feito por meio de sites oficiais e sistemas de informação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e outros órgãos relevantes. O monitoramento contínuo das políticas de saúde é realizado pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria política Eixo Estratégia Política.



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA

O que acompanhamos de perto?

Legislativo Federal

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

Executivo Federal

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Ministério da Educação e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

Sumário

NOVEMBRO


Controle da dengue e outras arboviroses, destinação de emendas para a saúde pública e investimento na Estratégia de Saúde da Família

05

DEZEMBRO

Promoção da igualdade racial no SUS, indicação para presidência da ANS e Grupo de Trabalho sobre impacto das apostas na saúde mental

14

Essa publicação contém **links clicáveis** para aprofundamento 

Novembro

No mês de novembro, foram identificadas 23 movimentações nos Poderes Legislativo e Executivo relacionadas à saúde pública. Abaixo, destacamos um resumo das ações mais relevantes em temas específicos.

Saúde Suplementar

Aumento de beneficiários em planos de saúde e odontológicos

A ANS [publicou os números de beneficiários de planos de saúde](#) referentes a setembro de 2024. A Agência registrou 51,4 milhões de usuários em assistência médica e 34 milhões em planos odontológicos. Os planos médico-hospitalares tiveram um aumento de 795 mil beneficiários em um ano e 124 mil em relação a agosto. Nos odontológicos, o crescimento foi de 2,4 milhões no ano e um aumento de 371 mil em relação ao último mês.

Além disso, na [sexta edição do Boletim Panorama - Saúde Suplementar](#), a ANS destaca o aumento de 42% no número de centenários em planos de saúde desde 2019 e alta de 26% nos custos médios de internações comparados a 2019. Segundo o boletim, o setor acumulou R\$ 5,6 bilhões de resultado líquido no segundo trimestre, enquanto as reclamações de consumidores subiram 13,3%, sendo 17,8% provenientes de idosos.

Saúde e Clima

Vigilância epidemiológica e arboviroses

O Ministério da Saúde investiu R\$ 1,5 bilhão no controle da dengue e outras arboviroses para o ciclo 2024/2025, abrangendo 1.921 municípios. As ações incluem vacinas, insumos laboratoriais, controle vetorial, campanhas de comunicação e tecnologias inovadoras, como o método Wolbachia¹ e mosquitos estéreis². Para 2025, estão contratadas 9,5 milhões de doses de vacina, a capacidade máxima do único produtor mundial.

Como parte do **Plano de Ação para Redução da Dengue**, lançado em setembro, foram realizadas reuniões com gestores de estados e municípios com mais de 100 mil habitantes para definir medidas preventivas contra a dengue, zika e chikungunya. O plano abrange seis eixos estratégicos: prevenção, vigilância, controle vetorial, organização da rede assistencial, preparação para emergências e comunicação comunitária.

Durante reunião com o Consórcio Nordeste, a ministra Nísia Trindade destacou a importância do diálogo e da parceria com governadores e secretários de saúde para enfrentar os desafios regionais, fortalecer o SUS e implementar estratégias coordenadas no combate às arboviroses.

¹ A Wolbachia é uma bactéria que, quando introduzida no *Aedes aegypti*, reduz a transmissão de vírus como dengue, Zika e chikungunya. O método envolve liberar mosquitos infectados para criar uma população estável com a bactéria, tornando a técnica autossustentável.

Fonte: [Agência Brasil](#)

² A técnica libera mosquitos machos estéreis que, ao copular com fêmeas, geram ovos inférteis, reduzindo a população local. Esses mosquitos não picam e vivem apenas para a cópula. Fonte: [Agência Gov](#)



Pandemia impulsionou Vigilância em Saúde, mas a flexibilidade orçamentária é restrita

O **Boletim n. 8 de Monitoramento do Orçamento da Saúde** do IEPS revelou que os recursos para a Vigilância em Saúde triplicaram durante a pandemia, passando de R\$ 10,2 bilhões em 2020 para R\$ 29,6 bilhões em 2021, impulsionados pelo combate à Covid-19. No entanto, os investimentos representaram apenas 2,2% do orçamento federal da área, com 90% dos recursos destinados a despesas obrigatórias, como imunobiológicos e repasses, limitando a flexibilidade para outras ações.

Atenção Primária à Saúde

Investimento na Estratégia Saúde da Família

Com a nova metodologia de cofinanciamento instituída pela **Portaria GM/MS nº 3.493/2024**, o financiamento para as equipes de Saúde da Família (eSF) teve aumento médio mensal de 20%, passando de R\$ 1,1 bilhão em abril para R\$ 1,3 bilhão em maio, um incremento de R\$ 226 milhões. Até novembro, foram credenciadas 2.363 novas equipes em 561 municípios, com investimentos de R\$ 130 milhões em 2024 e R\$ 724 milhões previstos para 2025. A região Sudeste liderou os credenciamentos, com 1.263 equipes, representando aproximadamente 53% dos novos credenciamentos.

Saúde Mental

Conselho Federal de Medicina (CFM) questiona Resolução CNJ nº 487/23 sobre Política Antimanicomial

CFM argumenta que a resolução desampara pessoas com transtornos mentais que cometeram infrações, citando a falta de infraestrutura de segurança nos estabelecimentos comuns. O parecer aponta supostos conflitos éticos, como a limitação ao uso de contenção e eletroconvulsoterapia fora de protocolos específicos, mencionando possível impacto na autonomia médica prevista no Código de Ética Médica.

No entanto, na visão de especialistas, a Política Antimanicomial é um cumprimento importante de implementação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil e da **Lei nº 10.216/2001** (Lei da Reforma Psiquiátrica), que estabelece normas sobre os direitos das pessoas em sofrimento mental e em conflito com a lei, orientando pelo tratamento em meio aberto, em serviços comunitários e em diálogo permanente com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Nota técnica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) esclarece diferenças entre Comunidades Terapêuticas e Clínicas de Dependência Química

O MDS destacou na **Nota Técnica nº 5/2024** as diferenças entre os dois serviços para orientar usuários sobre tratamentos. Segundo o órgão, Comunidades Terapêuticas são organizações civis sem fins lucrativos que oferecem acolhimento extra-hospitalar, com foco na convivência entre pares para reinserção social.

Clínicas Especializadas são unidades médicas que realizam internações, voluntárias ou involuntárias, para tratar o uso nocivo de álcool e drogas. A nota também aborda diferenças em ingresso, ambiente, atendimento, estrutura, corpo técnico e legislação.



Plataforma para pesquisa e fiscalização de comunidades terapêuticas

A **Frente Parlamentar Mista de Saúde Mental**, com Secretaria Executiva do IEPS, divulgou a plataforma **"Raio-X das Comunidades Terapêuticas"**, destacando a falta de dados atualizados sobre as cerca de 2 mil Comunidades Terapêuticas identificadas no Brasil em 2017 pelo IPEA. Financiadas com recursos públicos, muitas dessas instituições permanecem sem regulamentação, dificultando a compreensão de sua real dimensão no país.

CPI debate impacto das apostas esportivas na saúde mental e na sociedade

Em **audiência pública**, a CPI da Manipulação de Jogos discutiu o crescimento das apostas online, impulsionado por publicidade massiva e fácil acesso via Pix. Apenas em 2024, R\$ 166 bilhões foram movimentados para casas de apostas, com parte dos recursos originados do Bolsa Família. A regulamentação ou proibição das apostas foi central no debate, e a criação de uma agência nacional para jogos de azar foi sugerida como medida para enfrentar o vício e implementar políticas eficazes.

Ministério da Saúde lança projeto para qualificar profissionais da saúde mental

Em parceria com a Fiocruz Brasília, o Ministério da Saúde lançou o projeto **Nós na Rede** para capacitar 42 mil profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do SUS. O curso, com início em maio de 2025 e 120 horas de duração, abordará temas como cuidado em liberdade, atenção a usuários de álcool e drogas e estratégias de redução de danos.

Orçamento

Nova lei exige destinação técnica de emendas para a saúde pública

O **PLP 175/2024**, aprovado em novembro pelo Congresso e sancionado como **Lei Complementar nº 210/2024**, estabelece que ao menos 50% das emendas de todas as comissões permanentes da Câmara, Senado e Congresso Nacional, sem distinção, sejam destinadas a ações e serviços públicos de saúde, seguindo critérios técnicos definidos pelo Ministério da Saúde. A norma também exige que as emendas identifiquem claramente seus objetos, proibindo designações genéricas que possam abranger ações distintas.



Emendas parlamentares à saúde quadruplicaram, favorecendo as Regiões Norte, Nordeste e municípios menores, mais vulneráveis e com alta cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF)

Em agosto de 2024, o IEPS publicou a **Nota Técnica nº 35**, que analisou a execução orçamentária das emendas parlamentares (EPs) à saúde entre 2016 e 2024.

O estudo mostrou que entre 2016 e 2023 os recursos em EPs quadruplicaram, indo de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 22,9 bilhões, com o Legislativo assumindo maior influência sobre as despesas não obrigatórias. Regiões Norte e Nordeste, além de municípios menores, mais vulneráveis e com alta cobertura da ESF, foram os que mais receberam recursos.

Equidade em saúde

Ministério da Saúde cria Grupo Técnico para Saúde em Territórios Periféricos

O Ministério da Saúde instalou o Grupo de Trabalho Técnico em Saúde dos Territórios de Periferias (GTT) para mapear e apoiar políticas públicas que promovam direitos e ampliem o acesso à saúde em áreas periféricas, com foco em grupos historicamente marginalizados.

Saúde da população negra: Dados revelam impacto da tuberculose entre pessoas pretas e pardas no Brasil

Em 2023, 60,1% dos casos de tuberculose atingiram pessoas pretas e pardas, com mais de 84 mil novos casos registrados, principalmente em homens (69%). A mortalidade entre pessoas negras aumentou 14,5% entre 2010 e 2021. A doença, tratada gratuitamente pelo SUS em seis meses, exige observação direta da administração dos medicamentos. A prevenção inclui a vacina BCG, ventilação de ambientes e boas práticas de higiene.

Atenção Especializada

Ministério da Saúde lança Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE)

O PMAE busca aumentar em 30% a oferta de consultas e exames especializados no SUS, reduzindo filas de espera com um investimento de R\$ 2,4 bilhões até 2025. O programa inclui monitoramento de filas, financiamento baseado em resultados e expansão da Telessaúde para atendimento remoto em áreas isoladas. Já aderiram ao programa os 26 estados, o Distrito Federal e 95% dos municípios brasileiros.

Destaques da produção legislativa em Novembro



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

Câmara dos Deputados

Em novembro, deputados, principalmente do PL, NOVO, PP e Republicanos, apresentaram requerimentos ao Ministério da Saúde sobre vacinas, com foco no descarte, incineração e vencimento, além do desperdício em 2023 e 2024. A ação ocorreu após notícias sobre a incineração de 10,9 milhões de vacinas vencidas, sendo 6,4 milhões destinadas à prevenção da covid-19.

Saúde mental também foi destaque entre os temas abordados pelos parlamentares. Projetos como o [PL 4431/2024](#) (Dep. Yury do Paredão - MDB/CE), que exige que empresas de apostas informem os usuários sobre os riscos dos jogos de azar, e o [PL 4583/2024](#) (Dep. Ruy Carneiro - PODE/PB), que propõe o Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Ludopatia, foram apresentados.

Além disso, houve requerimentos para a realização de audiência pública sobre o tema e uma indicação ([INC 1698/2024](#)) ao Ministério da Saúde para fortalecer campanhas nacionais de conscientização voltadas aos usuários de plataformas de apostas.

Também foram apresentadas propostas legislativas com foco na relação entre saúde mental e saúde do trabalhador. O [PL 4479/2024](#), do Dep. Clodoaldo Magalhães (PV/PE), propõe a obrigatoriedade de práticas de promoção de saúde mental nos ambientes de trabalho, tanto públicos quanto privados, já o [REQ 193/2024](#), apresentado pelo Dep. Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ, solicita a realização de um seminário sobre os impactos da escala na 6x1 na saúde mental dos trabalhadores.

Senado Federal

Em novembro, a regulamentação da Reforma Tributária foi um dos principais destaques na agenda do Senado. Os senadores debateram amplamente o tema, incluindo os impactos da reforma na saúde, como discutido na audiência pública "Reforma Tributária e seus Impactos para a Saúde", promovida a pedido da Senadora Teresa Leitão (PT-PE).

Dezembro

No mês de dezembro, foram identificadas 55 movimentações nos Poderes Legislativo e Executivo relacionadas à saúde pública. Abaixo, destacamos um resumo das ações mais relevantes em temas específicos.

Equidade em saúde

Parceria com Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para fortalecer políticas públicas inclusivas

Com duração de cinco anos, o [acordo](#) do Ministério da Saúde com o UNFPA visa promover equidade de gênero, raça e idade, fortalecendo a saúde como direito universal. A parceria abrange capacitação de profissionais do SUS, planejamento de políticas inclusivas e estratégias para saúde sexual e reprodutiva, com foco na redução da mortalidade materna e no enfrentamento da violência de gênero.

Saúde da população negra: Combate ao racismo e promoção da equidade racial no SUS

Em novembro, o [Governo Federal assinou a Carta de Compromisso do Pacto pela Igualdade Racial](#), parte da Estratégia Antirracista para a Saúde, reafirmando ações afirmativas no SUS, como investimentos na assistência farmacêutica para doença falciforme e iniciativas voltadas à população quilombola.

No mesmo período, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, anunciou um **pacote de medidas** que inclui ações afirmativas, qualificação de profissionais e ampliação do acesso a medicamentos, com foco na população negra e quilombola. Entre os destaques estão o reforço no tratamento de doença falciforme e o investimento de R\$ 100 milhões para fortalecer equipes de saúde em comunidades quilombolas, ampliar o Programa Mais Médicos e capacitar profissionais em saúde quilombola.

Saúde da População LGBTQIAPN+: Lançamento do Programa de Atenção à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans)

No Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro), o Ministério da Saúde lançou o Paes Pop Trans, com investimento de R\$ 152 milhões até 2028. O programa oferece cuidados integrais à população trans e rede de apoio, com 34 novos procedimentos no SUS, incluindo hormonização cruzada. A previsão é habilitar 59 serviços ambulatoriais e cirúrgicos em 2025, expandindo para 194 até 2028.

Determinantes Sociais da Saúde e o impacto na saúde da população brasileira



O quarto volume da coletânea **Mais SUS em Evidências: Diagnósticos sobre a Saúde Pública no Brasil** analisa como os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) impactam a saúde da população brasileira, destacando a deterioração recente de indicadores como renda, emprego, educação, moradia e alimentação, além das desigualdades enfrentadas por grupos como população negra, quilombola, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência.

O documento aponta a necessidade de políticas públicas que considerem as condições de vida, maior integração entre setores e dados desagregados para garantir equidade e resultados mais efetivos em saúde.

Saúde e Clima

Ministra Nísia Trindade destaca ações para emergências sanitárias

Em debate do Instituto Todos pela Saúde, a ministra Nísia Trindade ressaltou a importância da governança e coordenação do Ministério da Saúde em emergências sanitárias, destacando a necessidade de articulação governamental e maior autonomia em insumos e tecnologias, como defendido pelo Brasil no G20. Anunciou que o MS publicará a Epicovid 2.0, pesquisa nacional que avaliará sequelas da Covid-19, e reforçou a proximidade com estados e municípios pela Comissão Intergestores Tripartite, além de fortalecer instituições como a Fiocruz para futuras crises.

Ações de controle de arboviroses em estados com aumento de casos

O Ministério da Saúde tem reforçado a vigilância de arboviroses em Mato Grosso, Minas Gerais e Espírito Santo, atualizando dados epidemiológicos e alinhando estratégias com governos locais. As ações incluem ampliação da vacinação contra febre amarela em Minas Gerais, controle da febre do Oropouche no Espírito Santo e combate ao aumento de casos de chikungunya em Mato Grosso. Ao final, os resultados serão integrados ao Boletim Epidemiológico e ao Plano de Contingência Nacional.

Saúde Suplementar

Novas regras para notificação de inadimplência em planos de saúde

A **Resolução Normativa nº 593/2023** da ANS, válida desde 1º de dezembro de 2024, permite o cancelamento de planos individuais ou familiares por inadimplência de pelo menos duas mensalidades em 12 meses. As operadoras devem notificar os usuários por canais como carta, e-mail, SMS ou ligação telefônica, com confirmação de recebimento. As penalidades serão aplicadas a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Indicação para a presidência da ANS

O presidente Lula indicou Wadih Damous, atual Secretário Nacional do Consumidor, para o cargo de Diretor-Presidente da ANS. A indicação será analisada pelo Senado, responsável por apreciar indicações de autoridades antes da nomeação pela Presidência da República. Como Secretário, Damous atuou durante a crise de cancelamento unilateral de planos de saúde e instaurou processos administrativos contra 14 operadoras.

Painel de Estoque Regulatório para planos de saúde

Em dezembro, a ANS apresentou uma ferramenta que organiza e atualiza diariamente as 335 normas vigentes do setor de planos de saúde. O **Painel de Estoque Regulatório** permite consultas por tipo, tema, ano, vigência e status de revisão, além de incluir documentos de participação social e análise de impacto regulatório. A iniciativa promove transparência e facilita o acompanhamento público, com recursos como o calendário de reuniões da Diretoria Colegiada e links para participação social.

Panorama sobre o setor privado de saúde no Brasil e suas interações com o setor público



A pesquisa **“Setor Privado e Relações Público-Privadas da Saúde no Brasil: Em Busca do Seguro Perdido”**, realizada pelo IEPS em parceria com a Umane, oferece um panorama inédito sobre o setor privado de saúde no Brasil e suas interações com o setor público. Dividida em duas partes, com quatro capítulos na primeira parte e cinco na segunda, a pesquisa apresenta mais de 450 páginas de análises estatísticas, evidências empíricas, pesquisa qualitativa e recomendações, abordando aspectos essenciais dessas relações.

Os capítulos abordam temas como a evolução do setor privado, capital estrangeiro, subsídios, regulação, expansão das clínicas populares, gestão privada de serviços públicos via OSS, e conexões políticas na saúde, além da prática de profissionais entre os setores público e privado e o papel das Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Saúde Mental

Painel de Promoção da Saúde Mental Infantojuvenil

A Comissão de Saúde da Câmara apresentou o **Painel de Promoção da Saúde Mental Infantojuvenil**, desenvolvido pela Vital Strategies e Instituto Cactus. A ferramenta integra dados de educação e assistência social para apoiar gestores na identificação de áreas de melhoria.

Solicitado pela deputada Ana Paula Lima (PT/SC), o painel foi debatido como uma solução inovadora com potencial para aprimorar a gestão e a tomada de decisões na saúde mental infantojuvenil, com possibilidade de implementação nacional.

Saúde mental de meninas e mulheres

A 10ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher discutiu a cartilha **"10 Ações de Políticas Públicas para a Saúde Mental de Meninas e Mulheres"**, elaborada pelo IEPS e o Instituto Cactus. Palestrantes ressaltaram a urgência de políticas públicas eficazes para enfrentar os desafios específicos enfrentados por mulheres e meninas.

A senadora Augusta Brito sugeriu sessões conjuntas entre governo, Legislativo e sociedade civil para implementar as recomendações da cartilha, culminando em uma audiência pública com a participação de meninas em outubro, mês do Dia Internacional das Meninas.



Desafios e oportunidades na construção de políticas para Saúde Mental de meninas e mulheres

A **Cartilha "10 Ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres"**, além de trazer dados sobre o tema, mostrou que 87% das propostas legislativas para o público de mulheres focam no combate à violência, mas não identificou iniciativas específicas para meninas, evidenciando a negligência histórica com crianças e adolescentes. Também foi ressaltada a importância de articular o Ministério da Saúde com outras pastas, como o Ministério das Mulheres, para ampliar as ações nessa área.

Grupo de Trabalho para enfrentar impactos das apostas na saúde mental

Um Grupo de Trabalho Interministerial foi criado para desenvolver estratégias de prevenção e redução de danos causados pelas apostas, especialmente após a legalização das apostas de quota fixa em 2018. Com representantes de três ministérios (Saúde, Esporte, Fazenda) e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, o grupo terá 60 dias para propor ações, incluindo campanhas educativas e diretrizes para assistência à saúde mental, além de articular com entidades públicas e privadas para colaboração e troca de informações.

Atenção Primária à Saúde

Painel e-SUS APS para aprimorar gestão na atenção primária

Lançado pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Fiocruz, o Painel e-SUS APS reúne dados sociodemográficos e de saúde de cidadãos atendidos na atenção primária do SUS. A ferramenta permite acompanhar informações detalhadas sobre pacientes com diabetes e hipertensão, facilitando o planejamento de ações da Estratégia Saúde da Família. Disponível em versão beta para todo o Brasil, o painel será aprimorado com o feedback das gestões municipais.

Vacinação: Painel Interativo sobre distribuição de vacinas

O Ministério da Saúde lançou um painel interativo com dados atualizados sobre vacinas no Brasil, que detalha doses distribuídas por estado, tipo e período, com atualização diária. Em 2024, foram mais de 270 milhões de doses distribuídas, incluindo 92 milhões nos últimos seis meses.

O painel, desenvolvido em parceria com secretarias, também oferece informações técnicas via QR code, apoiando a gestão do Programa Nacional de Imunizações.

Vacinação: Brasil próximo de atingir meta de vacinação contra HPV

O Ministério da Saúde anunciou que o país está perto de alcançar a meta de vacinar 90% do público-alvo contra o HPV, composto por crianças de 9 a 14 anos. Em 2023, 85% do público foi imunizado, com um aumento de 42% nas doses aplicadas entre 2022 e 2023, passando de 4,3 milhões para 6,1 milhões. O incremento foi de 16% entre meninas e 70% entre meninos, resultado de esforços em escolas. Mesmo com os avanços, ainda há a necessidade de ampliar a vacinação de crianças de 9 anos e meninos.

Financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS)

Em dezembro, o Ministério da Saúde publicou a Portaria SAPS/MS nº 161/2024, que regulamenta o Componente Vínculo e Acompanhamento Territorial no Novo Financiamento da APS. O financiamento será baseado em um indicador que mede a efetividade das equipes de saúde na conexão com a comunidade, considerando duas dimensões: Cadastro, que avalia a qualidade e atualização dos dados no Sisab, com maior peso para cadastros completos; e Acompanhamento, que monitora a frequência e qualidade dos atendimentos, priorizando grupos vulneráveis.

As equipes devem realizar pelo menos dois contatos anuais com cada usuário e podem ganhar pontuação extra se os usuários avaliarem o atendimento por meio do aplicativo Meu SUS Digital.

Atenção Especializada

Avanços do Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE)

A ministra Nísia Trindade anunciou os **avanços do PMAE**, que investiu R\$ 2,4 bilhões para atender áreas como oncologia, cardiologia e oftalmologia, com foco em diagnóstico e tratamento rápidos. Com adesão de todos os estados, DF e 97,9% dos municípios, o programa integra telessaúde e já liberou 30% dos valores regionais aprovados.

Recursos Humanos

Lançamento do Programa AfirmaSUS para promover equidade na formação em saúde

O **AfirmaSUS**, parte do pacote Saúde sem Racismo, busca ampliar a representatividade étnico-racial, de gênero e de pessoas com deficiência no SUS, além de apoiar a permanência universitária. Com investimento anual de R\$ 13,6 milhões, o programa oferecerá bolsas de R\$ 700 a R\$ 1 mil a estudantes de saúde em até 100 universidades, reservando 25% das vagas para instituições da Amazônia Legal.

Destaques da produção legislativa em Dezembro



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

Câmara dos Deputados

A saúde mental foi destaque na produção legislativa de dezembro, com foco em crianças, adolescentes e tecnologia. O Dep. Thiago Flores (REPUBLIC/RO) apresentou o [PL 4995/2024](#), propondo ações como espaços comunitários seguros e intervenções digitais para adolescentes. O Dep. Amom Mandel (CIDADANIA/AM) sugeriu ao Ministério da Saúde a criação de mais Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) para crianças e adolescentes ([INC 1802/2024](#)) e ao Ministério da Educação estudos sobre a proibição de celulares nas escolas ([INC 1837/2024](#)). Também foi realizada audiência pública, requerida pela Dep. Ana Paula Lima (PT/SC), para debater a saúde mental infantojuvenil.

Além disso, como principal reação ao lançamento do Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (Paes Pop Trans), parlamentares do PL e do PP enviaram requerimentos ([RIC 4623/2024](#), [RIC 4622/2024](#), [RIC 4678/2024](#)) ao Ministério da Saúde solicitando informações detalhadas sobre a política recém-lançada, incluindo pedidos de esclarecimentos sobre a portaria (ainda não publicada) que, entre outras coisas, reduz a idade para tratamentos hormonais em jovens transgêneros.

Senado Federal

Em dezembro, o Senado realizou uma audiência para debater o [PL 2687/2022](#), que propõe classificar o diabetes mellitus tipo 1 (DM1) como deficiência para todos os efeitos legais. A discussão foi solicitada pelos senadores Alessandro Vieira (MDB/SE), Mara Gabrilli (PSD/SP), Humberto Costa (PT/PE) e Damares Alves (REP/DF).

Radar da Saúde

Edição 3 | NOVEMBRO-DEZEMBRO DE 2024

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

ieps.org.br

Siga nossos perfis nas redes sociais



RIO DE JANEIRO

Rua Lauro Müller 116
Sala 3704 | Botafogo

SÃO PAULO

Rua Itapeva, 286,
CJ. 82 | Bela Vista

BRASÍLIA

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA